

## Sobre Hannah Arendt: ética e racionalidade na sociedade contemporânea

Eda Terezinha de Oliveira Tassara<sup>a</sup>  
Neuza Abbud<sup>a,b\*</sup>

<sup>a</sup>Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. São Paulo, SP, Brasil

<sup>b</sup>Universidade Nove de Julho. São Paulo, SP, Brasil

**Resumo:** Este ensaio visa refletir sobre como superar obstáculos que se antepõem à capacidade de pensar de forma racional, a capacidade intelectual que envolve a abstração reflexiva e sua elaboração em correspondente argumentação. Parte da constatação de que, se se observa, de um lado, um crescimento na complexidade lógica do pensamento coloquial verbalizado, de outro, percebe-se uma ausência de competência nas operações intelectuais de análise dos processos racionais a ele subjacentes. Ou seja, a racionalidade contemporânea, alimentada pelos processos e produtos de conhecimento gerados através do pensamento abstrato e dedutivo do campo técnico-científico, comunicar-se-ia com a sociedade de maneira naturalizada, sob forma de representação social e, portanto, eivada de aportes ideológicos, de irracionalidades e/ou racionalizações acríticas. Visa-se refletir, então, sobre como subsidiar a superação de obstáculos à universalização do pleno exercício da razão e/ou da hermenêutica da racionalidade, instrumentalizando contrapontos aos impedimentos gerados pela ignorância ou pelas negatividades ou pelos núcleos dogmáticos do pensamento.

**Palavras-chave:** racionalidade, abstração reflexiva, lógico-matemática, conhecimento científico, ética.

“Entende-se a potência do instrumento intelectual, potência tão grande que os grandes criadores científicos (Einstein, Dirac) começam a acreditar, em seu próprio âmago, que a natureza pode ser entrevista. Pode-se dizer que basta colocá-la à prova da construção racional, e isto já se constitui em um triunfo da razão.”

Jean Ullmo<sup>1</sup>

“A doxa é a voz do natural. Aquilo que é como se nada fosse. É Medusa, que petrificaaquelesque a olham.”

Roland Barthes<sup>2</sup>

Ao comentar o filme de Margarethe Von Trotta sobre Hannah Arendt<sup>3</sup>, Telles (2013) afirma:

\* Endereço para correspondência: neuzaapg@ig.com.br

- 1 “On voit la puissance de l’instrument intellectuel, puissance si grande que les grandes créateurs scientifiques (Einstein, Dirac) recommencent à croire au fond d’eux mêmes que la nature peut être devinée. Disons du moins qu’il suffit de la mettre à l’épreuve de la construction rationnelle, et cela constitue déjà un triomphe de la raison. (p. 704).”
- 2 Texto retirado do catálogo de exposição intitulada “Roland Barthes”, sobre a obra do autor, realizada no Centre Georges Pompidou, Paris, de 27 de novembro de 2002 a 10 de março de 2003.
- 3 O filme discute a cobertura do julgamento de Adolf Eichmann, ocorrida em Israel, feita por Hannah Arendt para a *The New Yorker*. Nessa redação ela descreve as suas impressões e defende a tese de que nem todos os que praticaram crimes de guerra durante o nazismo eram monstros. A sociedade norte-americana e judaica voltou-se contra ela, mas ela manteve suas posições. (*Jornal Estado de São Paulo*, Caderno 2, 24/08/2013).

Em vez de emocionalmente tomar partido contra Eichmann, Arendt optou por continuar pensando de forma racional, mostrando as incongruências e inconsistências do próprio julgamento. Frente ao assustador desvario do nazismo, entendia que, mais do que nunca, era necessário usar a capacidade de pensar, raciocinar, refletir. A questão do pensamento, de usar a racionalidade para combater a irracionalidade, é central em seu posicionamento. (p. C12).

E conclui este autor que Hannah Arendt de Von Trotta é um filme de aventura, a maior das aventuras – a intelectual. “Mostra os riscos e as peripécias que enfrentam aqueles que ousam pensar e com bravura não abrem mão da capacidade de refletir e analisar, únicos instrumentos contra a barbárie que se esconde nos recônditos mais escuros de todos nós” (p. C12).

Para Telles, o filme de Von Trotta trataria de “a maior das aventuras – a intelectual”. De fato, a protagonista de sua narrativa é Hannah Arendt, uma vez que, em seu argumento, ela conduz em primeira pessoa uma experiência incomum e arriscada, cujas decorrências estariam situadas no imponderável. Referimo-nos às análises por ela publicadas (Arendt, 1963-1964/ 2014), identificando e relatando contradições e ambiguidades implícitas no desenrolar do processo de julgamento de Eichmann em Jerusalém, evidenciando estratos a ele subjacentes não esclarecidos e/ou esclarecedores, contaminando o debate sobre a questão do Holocausto judeu (1939-1945).

Afirmando o fracasso da Corte de Jerusalém, Arendt (1963-1964) o atribui a não afirmação de três itens fundamentais: o problema da predefinição da justiça na

corte dos vitoriosos, uma definição válida de “crime contra a humanidade” e um reconhecimento claro do novo tipo de criminoso que comete esse crime, concluindo que “para falarmos em termos coloquiais (sobre Eichmann), ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo” (p. 310). Expressa assim a interpretação do apreendido no conceito de “banalidade do mal”, produzindo, pela junção entre forças destrutivas e a burocratização da vida pública, uma Medusa petrificadora daqueles que a olham como imagens em espelhos paralelos, conforme palavras de Roland Barthes transcritas em epígrafe deste ensaio.

Porém, em extensão, a compreensão das implicações da narrativa arendtiana extrapola a dimensão estritamente intelectual para incursionar no complexo plano ético-político, atinente aos critérios disciplinadores da extroversão das reflexões, da transparência da comunicação dos resultados do pensamento racional ao corpo social, apontando que os riscos de se refletir e analisar talvez não se manifestem de forma tão intensa, se não houver, por parte do pensador, um compromisso esclarecedor dirigido às multidões. Tal compromisso não só transparece de forma superlativa na referida obra de Arendt como consiste na sua própria narrativa. Na escrita de *Eichmann em Jerusalém*, Arendt propõe, com generosidade, erudição e humildade, que o leitor seja partícipe de seu pensamento. Talvez aí tenha residido o impacto de escândalo causado por ocasião da publicação da obra, por se constituir ao mesmo tempo em jornalismo político e reflexão filosófica.

Este ensaio visa refletir sobre como superar esses obstáculos que se antepõem à capacidade de pensar de forma racional, a capacidade intelectual que envolve a abstração reflexiva e sua elaboração em correspondente argumentação. Visa, também, refletir sobre condições que circunscrevem e limitam a sua propagação esclarecida e esclarecedora ao corpo social, como uma crítica aberta ao crescimento ininterrupto das multidões nela participantes. Parte da constatação de que, se se observa, de um lado, um crescimento na complexidade lógica do pensamento coloquial verbalizado, de outro, percebe-se uma ausência de competência nas operações intelectuais de análise dos processos racionais a ela subjacentes. Ou seja, a racionalidade contemporânea, alimentada pelos processos e produtos de conhecimento gerados através do pensamento abstrato e dedutivo do campo teórico-científico, comunicar-se-ia com a sociedade de maneira naturalizada, sob forma de representação social (Moscovici, 1961) e, portanto, eivada de aportes ideológicos, de irracionalidades e/ou racionalizações acrílicas. Visa-se refletir, então, sobre como subsidiar a superação dos referidos obstáculos à universalização do pleno exercício da razão e/ou da hermenêutica da racionalidade, instrumentalizando contrapontos aos impedimentos gerados pela ignorância (Caorsi, 1994) ou pelas negatividades (Freud, 1921/1996) ou pelos núcleos dogmáticos do pensamento (Habermas, 1983/1989)<sup>4</sup>.

4 Nas palavras desse autor, é o “mundo social das relações interpessoais legitimamente reguladas – mundo esse ingenuamente habitualizado e reconhecido sem problemas” (Habermas, 1983, pág. 156). E, em ressalva

Em trabalhos anteriores (Abbud, 1990, 2010), discutia-se a questão das intervenções preceptorais emuladoras de atos reflexivos em situações de ensino formal. Seriam possíveis? Como produzi-las? Tais indagações eram instigadas, à época, por inquietações advindas da prática da docência pela autora, persistindo até hoje, manifestando-se também entre estudiosos e educadores, inscrevendo-se em campos cada vez mais amplos de significações e complexidade e desafiando no prosseguimento da busca investigativa de esclarecimento sobre elas. Seu foco, o problema da transmissão das condições que implicam o conhecimento teórico-científico, de maneira a propiciar o exercício protagonista do pensamento intelectual crítico.

Ora, a ciência, como instituição, conjuga funções da razão e da experiência na constituição do conhecimento. Conhecimento, portanto, dito científico. Seu método consiste na crítica intelectual, o método lógico da ciência moderna a ser aplicado na análise de acontecimentos, fatos e fenômenos. O método lógico de crítica de verdades enunciadas sobre o mundo físico e social e seus desdobramentos epistemológicos e desenvolvimentos histórico-culturais (Tassara, 2003). Seria possível emulá-lo, favorecer a sua emergência, ensiná-lo, propiciar sua transcendência na geração de novos conhecimentos? Para tal, a prática docente vem supondo que, antes de tudo, seria necessário configurar um *zeitgeist* da criação científica, porque ensinar consiste em transmitir experiências, em comunicar os elos sociais dos quais somos depositários. E, em se tratando de experiências complexas como aquela em pauta, essa transmissão necessitaria apoiar-se sobre processos de comunicação estruturados sobre sequências planejadas de informações, organizadas segundo critérios lógico-psicológicos e fundamentos teórico-epistemológicos.

Decorre, então, que no processo de criação científica torna-se necessário articular, como condições de contorno da busca de soluções aos problemas em investigação, da invenção criativa, implicações e/ou inspirações do formalismo lógico-matemático e restrições impostas pelos dados de realidade derivados da experimentação e/ou observação. Logo, a natureza desse conhecimento também será lógico-matemática porque, sustentando-se em argumentos lógicos, no interior dos quais constitui-se em solução/invenção, estrutura-se e é estruturada sobre conclusões necessárias. Aprofundar a compreensão deste processo de criação remete-nos, portanto, à decupagem do método, à qual propõe-se proceder a partir de escritos de Ettore Majorana<sup>5</sup> em seus apontamentos para a aula inaugural do curso de Mecânica Quântica que proferiu na Universidade de Nápoles, em 13 de janeiro de 1938 (citado por Recami, 1989).

realizada pelo Prof. Dr. Lafayette de Moares, no encontro pessoal com as pesquisadoras, salientou para o fato de que o “núcleo dogmático do pensamento” deveria ser traduzido do alemão por “núcleo dogmático do pensador” (encontro em novembro de 2014).

5 Ettore Majorana (1906-1938), físico italiano desaparecido em fins da década de trinta, teve importante produção na área de física de partículas, tendo atuado na Escola de Via Panisperna (Roma) que tem como figura simbólica Enrico Fermi.

Começando sua aula discorrendo sobre a Física clássica, de Galileu e Newton ao início do século XX, Majorana descreve-a intrinsecamente comprometida com a concepção mecanicista da natureza, concepção esta que, da Física, estendera-se não somente às ciências afins, mas também à Biologia e às Ciências Sociais, influenciando todo o pensamento científico e parte do pensamento filosófico contemporâneo, embora, ainda segundo esse autor, a utilidade do método lógico-matemático – que se constituiria na sua única justificativa válida – haja permanecido sempre exclusivamente circunscrita à Física.

Essa concepção da natureza apoia-se, para ele, substancialmente sobre dois pilares: a existência objetiva e independente da matéria e o determinismo físico, ambos derivados da experiência comum, generalizados e considerados universais, subseqüentemente. A objetividade da matéria seria uma noção da experiência comum, na medida em que esta ensina que os objetos materiais têm uma existência em si, independente do fato que eles caíam ou não sob nossa observação. A Física Matemática clássica anexou a essa constatação elementar a pretensão de que é possível uma representação mental deste mundo objetivo, completamente adequada a sua realidade, e que essa representação mental pode consistir no conhecimento de uma série de grandezas numéricas suficientes para determinar, em cada ponto do espaço e em cada instante, o estado do universo físico.

Ao contrário, segundo Majorana, o determinismo seria somente em parte uma noção da experiência comum. Ao lado de fatos que se sucedem independentemente do observador, haveria outros – e não somente no mundo biológico, mas também no social – para os quais a ocorrência é pelo menos pouco evidente. O determinismo, enquanto princípio universal da ciência, poderia, portanto, ser formulado apenas como generalização das leis que regem a mecânica celeste – a configuração futura do sistema planetário pode ser prevista mediante cálculo, desde que se conheça seu estado inicial, isto é, o conjunto das posições e velocidades dos corpos que compõem o nosso sistema planetário.

Bachelard (1940/2009), por sua vez, propõe uma possível interlocução entre a razão sensível e a experiência racional, processos intermediários que seriam propiciadores de uma visão projetiva instigadora de inventividade e criação, que Bergson (1907/2010) denominaria de “evolução criadora”. A construção de campos potenciais de promoção de processos de pensamento inventivo e de condução dos sujeitos em caminhos instigantes e autônomos do pensamento vem sendo objeto tradicional de estudo, que pode ser representado através da evolução histórica das principais idéias formuladas por pensadores, cientistas e educadores. A questão que se coloca, então, teria como ponto de partida como articular procedimentos capazes de interagir com as forças de dispersão do pensamento, subjacentes à polifonia de informações derivadas da ubiquidade de experiências e práticas sociais vividas pelos indivíduos e coletivos contemporâneos e as sínteses requeridas pelos processos intelectuais que deveriam organizá-los em

sistemas. Neste ensaio contextualiza-se um panorama no qual se inscrevam possíveis respostas a tão abrangentes e complexas questões, ou seja: como, a partir de uma leitura do senso comum dos espaços de vida, pode-se chegar a refletir de forma racional, raciocinando e subsidiando a saída de situações irracionais ou não razoáveis (Santos, 2002), chegando-se à formulação de interpretações originais e racionalmente competentes para o enfrentamento de dificuldades e propondo o encaminhamento de soluções.

Essa busca, conforme já referido, estaria apoiada em teses teóricas defendidas por estudiosos de relações entre lógica, linguagem e pensamento, aplicando-as na análise de processos cognitivos referentes à capacidade de abstração e dedução, necessárias, embora não suficientes, para uma competente argumentação e para um exercício autônomo do método intelectual de crítica. Como facultá-las?

Em primeiro lugar, parte-se de considerações baseadas no aporte teórico oferecido por Hegenberg (1987) que, ao discorrer sobre a racionalidade contemporânea, defende tese original que trazia implícita a hipótese de que existiria uma interação entre processos lógicos implícitos nos argumentos que subjazem ao desenvolvimento de raciocínios sobre questões coloquiais contemporâneas e a evolução dos instrumentos lógico-matemáticos decorrentes do avanço do conhecimento científico na modernidade histórica. Ou seja, para esse autor, os desenvolvimentos lógico-matemáticos influenciariam o conhecimento do senso comum, através da propagação de implicações lógicas derivadas do avanço do conhecimento lógico-matemático, os quais passaram a ser aplicados em raciocínios seculares. Contudo, considera-se neste ensaio que essa propagação não vem se dando como um instrumento formal, mas apenas, recorrentemente, como conteúdo, em sua dimensão semântica.

Por outro lado, as teorias formuladas por Piaget (1967) e por Piaget e Greco (1974) oferecem elementos sobre relações entre lógica, linguagem e pensamento, que também vêm circunscrever a busca de respostas às indagações sobre, afinal, o que seria o conhecimento racional. O que dele seria derivado do sujeito e o que seria do objeto, no ato assim configurado do conhecer? E a partir dessas colocações, decorreriam outras que são objeto de respostas oferecidas mediando a formulação do método psicogenético. Ou seja, a de como se poderia explicar o trânsito entre hierarquias de complexidade em estados caracterizadores de operações intelectuais, visando-se sua generalização para a produção autônoma de novos conhecimentos válidos.

Assumindo uma perspectiva piagetiana, Ramozzi-Chiarottino (1973) afirma que o pensamento hipotético-dedutivo, ou formal, realizar-se-ia por meio de combinações compreendidas como classificações e relações livres, vindo a significar a liberação do pensamento em relação ao objeto. Em decorrência, diante de uma situação-problema, esta última autora afirma que, mais do que essas combinações, o que seria significativo é a emergência da possibilidade de se combinarem idéias e hipóteses sob a forma de afirmações e negações e de se utilizarem operações posicionais, tais como a implicação (se... então), a

disjunção (ou...), a exclusão (ou... ou), ou a incompatibilidade, configurando-se conclusões dedutivas. Isto é, a partir de determinadas pressuposições hipotéticas, a realidade não mais seria vista sob um olhar absoluto: seria um olhar relativizado por meio de uma abstração da abstração, uma meta-abstração ou uma abstração reflexiva. A realidade passaria a ser vivenciada à luz de possibilidades, sustentadas por abstrações e sustentando deduções.

Dessa forma, pode-se hipotetizar que leituras do senso comum de espaços de vida ofereçam elementos sobre dimensões lógicas, implícitas nas relações a elas inerentes entre linguagem e pensamento, podendo propiciar uma compreensão aprofundada do pensamento nelas manifestos, a partir da qual uma adequada engenharia de procedimentos emuladores poderia ser estruturada, contribuindo para a emergência da capacidade intelectual de raciocínio competente. Esta seria uma primeira condição necessária para uma fundamentação científica de intervenções estratégicas de transmissão dos respectivos elos sociais, voltadas para o incremento da capacidade analítico-argumentativa subjacente à atividade intelectual, como forma universal de competência comunicativa na sociedade contemporânea globalizada ou, no dizer de Telles (2013), para facultar “a maior das aventuras, a intelectual”.

Em síntese, essas reflexões estão sendo fundamentadas nas seguintes teses e corolários:

1. A operação do pensamento teórico-científico, estando condicionada pela lógica proposicional que a ela subjaz, implica a capacidade de operar intelectualmente a abstração reflexiva (Piaget, 1967; Piaget & Greco, 1974; Chiarottino, 1973);
2. O desenvolvimento lógico-matemático subjacente à evolução do conhecimento científico na modernidade histórica vem se comunicando com a vida social, exteriorizando-se nas formas do raciocínio coloquial contemporâneo (Hegenberg, 1987);
3. Essa comunicação não implica a consciência formal das estruturas lógicas correspondentes operadas no raciocínio, apresentando-se, de forma recorrente, como conteúdo, ou seja, como semântica e, portanto, como ideologia; deve-se notar que se está considerando um estado de consciência, conforme definido por Piaget (1968), como um estado de significação.

E, derivados dessas teses teóricas, os seguintes corolários:

4. As dimensões lógica-linguagem-pensamento manifestam-se de forma indissociável nos diferentes substratos linguísticos, estando subjacentes nas mensagens, discursos, argumentos e narrativas.

5. O pensamento moderno, característico da racionalidade contemporânea, direciona-se para o futuro, constituindo-se sob formas de pensar o cotidiano, condicionando entendimentos, explicações e justificativas que fundamentam soluções para problemas teórico-práticos, bem como estratégias de enfrentamento dos mesmos.

Este estudo da racionalidade contemporânea será delimitado tendo como origem o processo civilizatório originário da Grécia Antiga, traçando-se um panorama dinâmico do contexto de transformação do significado do termo “logos” ou razão. Ilustram a propriedade desse recorte as palavras de Windelband (1970), quando este autor afirma ser a história da filosofia uma narrativa do processo de transformação da visão de mundo e dos valores da humanidade europeia, em conceitos científicos.

Em outra ordem de considerações, Umberto Eco (2001, 1988) pontua confrontos e diferenciações subjacentes à transformação do significado do termo “razão”, que analisa tendo como referência o termo “irracionalismo”, oferecendo bases para uma organização de seu estudo.

Em primeiro lugar, Umberto Eco (1988) enuncia dificuldades antepostas à definição do termo “irracionalismo”, afirmando que a mesma é sempre efetuada em contraposição a um modelo histórico característico de outra forma de pensar, dita racional. Portanto, o autor reflete sobre a necessidade de se conceituar a razão, tendo como referência as formas de pensar condicionantes de determinado momento sociocultural, considerando-a como fulcro central de escolas racionalistas no contexto da racionalidade contemporânea.

Em segundo lugar, ao tentar estabelecer as diferenças de significado entre “racionalismo” e “irracionalismo”, considerados pelo autor como duas formas de decifrar o mundo como texto, recorre ao argumento de que, tanto para Platão como para Aristóteles, conhecer significava buscar as causas, o que faz retornar o tema do conhecimento. Estariam essas causas evidentes no objeto, ou seja, em olhares atentos à sua realidade, permitindo análises levando a inferências conceituais, que seriam as determinantes de êxito nessa decifração? Ou seja, como abstraí-las, e ainda, desta abstração decifradora resultaria um conhecimento legítimo?

Em terceiro lugar, ainda segundo Eco, para se definir o mundo em termos causais seria preciso estabelecer uma cadeia linear, sustentada sobre os princípios de identidade ( $a$  é igual  $a$ ), da não contradição (impossível ser  $a$  e não ser  $a$  ao mesmo tempo) e do terceiro excluído (ou  $a$  é  $a$  ou não é  $a$  e uma terceira possibilidade não existe). O autor, então, estaria se referindo ao “modus ponens”, declarando ser sua “crença” que o mesmo seria o sustentáculo primordial do exercício da racionalidade, o que nos conduziria aos primórdios da lógica aristotélica.

Contudo, ao longo da evolução do conhecimento científico e lógico-matemático, conforme referido por

Hegenberg (1987), houve avanços sistemáticos no edifício da lógica aristotélica, em grande parte por influência fundamental da análise matemática moderna, trazendo implicações sobre a ciência da necessidade das conclusões – a Lógica –, produzidas pelo avanço da ciência das conclusões necessárias – a Matemática.

A análise oferecida por Hegenberg sobre a transformação desse “pensar”, partindo da visão aristotélica até à construção da lógica simbólico-matemática, leva a inferências sobre a produção de novas formas do pensar, sugerindo haver um processo dinâmico do que seria pautado e expandido na sua transmissão e aprendizagem pelo corpo social. E assim, outras formas de pensar historicamente condicionadas seriam geradas, implicando em um crescimento da competência lógico-discursiva, ou, do raciocínio competente.

Hegenberg recupera o início da ciência da Lógica na Grécia, com Aristóteles, onde as polêmicas geradas pelas controvérsias entre a teoria de Parmênides e os famosos argumentos de Zenão – que negavam a realidade do movimento fazendo uso indevido do princípio da não contradição – contribuíram para evidenciar, nos argumentos, a competência dedutiva essencial para a necessária aceitação das demonstrações.

Por outro lado, Sócrates defendia o valor dos conceitos e a necessidade de defini-los com precisão. Por meio do processo da maiêutica, conduzia seus ouvintes à análise de termos sob várias perspectivas, utilizando procedimentos que instigavam a busca de respostas às indagações, procurando conduzi-los ao levantamento de hipóteses com a intenção de que percebessem relações entre causas e efeitos envolvidos nas crenças, levando à busca e ao aprimoramento de atos intelectuais reflexivos.

Sócrates foi iniciador da análise dos processos semânticos, no sentido de se considerar que as palavras não representariam a totalidade do seu significado, sendo compreendidas como elaborações simbólicas realizadas pelo ser humano. O modo de organizá-las e estruturá-las estaria, nessa perspectiva, em consonância com os princípios de sustentação, aceitabilidade e coerência das representações objetivas e subjetivas perante os dados da realidade.

Um típico procedimento socrático era o uso das “parábolas” – ou exemplos tirados das artes e ofícios – para estabelecer, em analogia aos casos particulares, uma lei ou um princípio universal: isto é, aquilo que para Aristóteles configurava uma indução socrática dos particulares ao universal.

Assim, na história do pensamento ocidental, pode-se considerar Sócrates como o introdutor da idéia de que a atividade que tem por fim o conhecimento deve conformar-se com base em regras, como em qualquer outra arte. Os diálogos platônicos apresentam que, para Sócrates, seria necessária a vinculação entre a validade de um conhecimento e o modo como ele é obtido para legitimá-lo – idéia que se tornou a essência de qualquer posição que reconhece a importância proeminente do método para a crítica legítima do correspondente conhecimento.

As considerações socráticas induziriam princípios sustentadores de uma análise acurada sobre o processo de

formação de uma competência discursiva mais elaborada, assentando-a sobre a limpidez dos conceitos nela contidos, o que não prescindiria de uma associação a uma capacidade de raciocínio consistente. Para tal, a lógica aristotélica ofereceria elementos para o embasamento de impositões argumentativas, subsidiando-as.

A complexa construção da metafísica e da física aristotélica trouxe também subjacente um método que Aristóteles apresenta nas suas obras lógicas. Nessas obras, depois de considerações introdutórias em que analisa os termos e as proposições, Aristóteles passa a estudar a estrutura silogística comum a todos os raciocínios coerentes e formalmente válidos, os requisitos para que um raciocínio, além de formalmente correto, seja também verdadeiro e as características dos raciocínios formalmente corretos, elaborando, por exemplo, porque as premissas dos silogismos não são certas e não preencheriam todos os requisitos de uma demonstração científica. A partir dessas considerações, oferece o resultado mais relevante de sua lógica, que foi a doutrina dos silogismos. Aristóteles considerava a sua doutrina dos silogismos a base de qualquer inferência válida, definindo e classificando todas as formas válidas de silogismo, distinguindo, além disso, os silogismos verdadeiros dos puramente corretos. Para ele, de fato, um silogismo correto atingiria a verdade se, e somente se, ficasse comprovada a verdade das premissas. Para se demonstrar a verdade das premissas, poder-se-ia, então, recorrer a outros silogismos, mas este processo não poderia ser reproduzido ad infinitum. Contudo, afirmava também que haveria princípios supremos por si só evidentes, que não necessitariam de demonstração para serem aceitos: seriam os princípios de identidade, de não contradição e do terceiro excluído. Seriam princípios que se imporiam por necessidade lógica, isto é, seriam a base do conhecimento necessário.

Aqui retorna-se ao *modus ponens* apresentado por Eco, concluindo-se que, com Aristóteles, realiza-se o verdadeiro nascimento da Lógica, ciência dos raciocínios, dos argumentos, das demonstrações e da necessidade por elas determinadas no convencimento da verdade. O pensamento seria organizado buscando-se estabelecer, de forma precisa, o que se consideraria como afirmação. Para Aristóteles, essas afirmações são do gênero sujeito-predicado, havendo uma noção fixa de verdade para essas derivações: se o predicado convier ao sujeito ou não convier, respectivamente, a sentença é verdadeira ou falsa. Assim, retorna-se a Sócrates, pois, para a compreensão do significado de um conceito é preciso se ter clareza de sua acepção, sem a qual a atribuição de verdade ou falsidade às afirmações ficaria prejudicada.

Conforme prossegue Hegenberg, contudo, a lógica aristotélica manteve-se intacta até os fins do século XVII e começo do século XVIII, quando o avanço dos instrumentos matemáticos, derivados das necessidades impostas pela evolução do conhecimento científico – notadamente pelas exigências da aplicação do método no estudo teórico-empírico do movimento – tornou necessária a revisão da lógica, ampliando-a até sua estruturação sob a nomenclatura de

lógica-matemática, ou, lógica-simbólica, determinando sua subsequente expansão histórica aberta, como um campo autônomo de conhecimento.

Esse processo desenrolou-se ao longo século XIX sob controvérsias e debates sobre relações entre os domínios da Lógica e da Matemática, conduzido sob liderança de eminentes matemáticos e lógicos, entre os quais Frege, Weierstrass, Gödel, Gauss, Whitehead, Bertrand Russell, Boole e outros, evoluindo de maneira a fazer que este último autor justificasse a necessidade da revisão da lógica, afirmando que ela não mais estaria adequada à maneira de pensar, sobretudo na matemática (citado por Hegenberg, 1987). Desponta-se, assim, um novo cenário e nele um novo direcionamento referente às relações entre lógica, semântica e sintaxe, expressas em uma capacidade discursiva competente.

Nessa nova configuração, ainda segundo Hegenberg, sinalizada pelo trabalho de Bertrand Russell que oferece a síntese de uma nova revisão da Lógica, associando-a à Matemática e empregando simbolismos e representações, a Lógica Matemática passa a evoluir facultando operações algébricas.

As condições de verdade ampliaram-se passando, então, a ser hoje expressas tanto por meio do cálculo sentencial (se - então; e - ou; se e só se), como pelo cálculo de predicados (constantes, variáveis, quantificadores universais e existenciais), trazendo como consequência a incorporação também do cálculo de predicado com igualdade, ou seja, que significa a possibilidade de atribuição de nomes diferentes para um mesmo objeto. Inaugura-se, assim, a abordagem lógico-analítica, que permitiu o traçado de caminhos para o estudo de relações entre linguagem e realidade, sustentando indagações sobre conexões entre palavras organizadoras de sentenças e a realidade. Subsequentemente, Tarski (1930/1991) vem afirmar que é justamente a necessidade de se estabelecerem condições de verdade que possibilitaria a inteligibilidade da frase, permitindo concluir-se que uma proposição é significativa se, e somente se, forem estabelecidas para ela condições de verdade.

Recentemente, tendo sido axiomatizados os sistemas lógicos não ortodoxos, ou paraconsistentes, com base nos quais é possível verificar metamorfoses operadas na dinâmica dos raciocínios em busca de demonstrações competentes e logicamente ortodoxas, abre-se um novo campo para o estudo da formação discursiva *pari passu* com a “complexificação” lógico-matemática e as exigências de sua incorporação a processos de raciocínio aplicados na demonstração de verdades associadas a enunciados ou a sua negação (Da Costa, 1991).

Contudo, retornando à hipótese de Hegenberg, na racionalidade contemporânea existiria uma interação entre as formas argumentativas, como as implícitas no desenvolvimento de raciocínios, e a evolução do conhecimento científico, ou lógico-matemático, influenciando o conhecimento do senso-comum não apenas em sua dimensão semântica, em seus conteúdos conceituais, mas através do

avanço dos instrumentos sustentadores de formas expandidas de operações de implicações lógico-matemáticas.

Se este panorama é aqui traçado, configurando descrições, explicações e interpretações sobre o que seria a racionalidade contemporânea, nada diz sobre como propiciar seu adequado exercício. Operar o *modus ponens* seria suficiente? As necessidades críticas interpostas pelo método lógico da ciência moderna dependeriam de quais domínios de competência? Como se promoveria a emergência das capacidades de abstração e dedução, aplicando-as de forma adequada em demonstrações consistentes, identificando incoerências, inconsistências e contradições na construção crítica de conclusões que se afirmem sobre necessidade lógica, aplicando-as em argumentos originais formulados por seus defensores? Afinal, do que foi dito, como se pode definir racionalidade?

*Racionalidade* faz referência aos processos lógicos e epistemológicos nos quais, a partir de determinadas premissas e, pela via da argumentação, derivam-se consequências legítimas, do ponto de vista formal; a relação lógica implica que, se for aceita uma afirmação, estará se aceitando *ipso facto*, as suas premissas. A racionalidade exige, precisamente, tornar transparente essa derivação lógica pela via argumentativa, o que torna possível a crítica, seja do ponto de vista formal, seja do ponto de vista do conteúdo da afirmação em questão. Deste modo, crítica e racionalidade são componentes inseparáveis do mesmo processo epistemológico. (Tassara & Ardans, 2013, p. 285)

Logo, coloca-se assim outra exigência operacional. A capacidade de dominar de forma competente o método geométrico, aplicando-o na crítica epistemológica, o que nos remete à contribuição de Euclides, ao sistematizar o método axiomático, em sua obra *Elementos*. Esse método consiste em se assumir um número limitado de definições sobre o que seriam entes primitivos do sistema de pensamento, um conjunto de axiomas ou postulados que são enunciados relativos aos entes primitivos, algumas noções comuns constituindo-se de enunciados de caráter universal evidente, demonstrando, a partir delas, proposições verdadeiras ou teoremas, por meio de uma sequência de deduções que se baseiam sobre proposições primitivas e também sobre teoremas precedentemente demonstrados.

Isso exposto, pode-se concluir que haveria condições necessárias para o exercício do raciocínio argumentativo competente que podem ser transmitidas: o que é o método geométrico, como operá-lo; o que é a doutrina dos silogismos, como processá-los; quais são os elementos analítico-discursivos derivados do avanço lógico-matemático e o que implicam e outros. Mas, sempre a partir de aplicações já anteriormente elaboradas por outros sujeitos de pensamento. Para generalizar tal competência, contudo, é necessária a abstração para compor a exigente axiomatização. Como emulá-la? Sem abstrações, não há possibilidade

de novas demonstrações. Apenas a reprodução naturalizada de implicações lógico-matemáticas, ou seja, transformam-se estas últimas em conteúdos, semântica e, portanto, em representações sociais (Moscovici, 1961), fortalecendo ideologias encobertas.

Para garantir esta desnaturalização, seria necessária uma meta-abstração, o que significaria a compreensão das relações forma-conteúdo, sintaxe-semântica, lógica-linguagem-pensamento, levando-as à possibilidade de estruturação metódica da demonstração, esta sim passível de aprendizagem, embora dependente de um sofisticado processo de comunicação, mas, ainda assim, possível.

Quanto à meta-abstração, desconhece-se como favorecê-la. Os processos formativos correspondentes vêm-se apoiando na aplicação de pedagogias baseadas em modelos de pensamento/pensadores e de paradigmas estruturantes de métodos. Contudo, a imbricação entre idéias, análises, métodos e teorias – conforme esboçado ao longo do traçado histórico aqui apresentado da evolução do conhecimento teórico-científico – fortalece enfaticamente as teses defendidas pela Epistemologia Genética (Piaget, 1967) como definidoras de uma condição necessária para a configuração do pensamento competente, autêntico e original, na norma teórico-científica de sua produção – a necessária hermenêutica filológica do processo de construção histórica do conhecimento lógico-matemático.

Fica em aberto, para além da questão da meta-abstração, o tema que inaugura este ensaio, referente à aventura intelectual crítica protagonizada por Hannah Arendt. Como se daria, quais seriam os “recônditos mais escuros de todos nós” (Telles, 2013) que a impediriam? Seriam estes impedimentos ao esclarecimento produzidos por ignorância, fragilidades identitárias, negatividades psicológicas, núcleos dogmáticos sustentadores de preconceitos e vieses autoritários, os obstáculos ao uso competente, livre e ético da racionalidade? Ou, estar-se-ia retornando ao problema apontado por Aristóteles em sua doutrina dos silogismos sobre verdades que não necessitam de demonstração, que se imporiam por sua necessidade lógica, ou ao exercício do *modus ponens*, também considerado por Eco como essencial para a operação racional como fundamento do que afirma ser “sua crença na doutrina do racionalismo”?

Contudo, conforme já referido, para Tassara e Ardans (2013), crítica e racionalidade seriam componentes inseparáveis do mesmo processo epistemológico. Logo, sob tal assunção, o questionamento lógico de verdades constitui-se na própria racionalidade, cujo exercício implicaria o compromisso de engajamento incondicional do sujeito do conhecimento no processo racional de desconstrução de verdades estabelecidas, e construção de outras. Ou seja, a crítica da semântica que Aristóteles, quando define verdade ou falsidade de afirmações, mostra considerar ser arbitrária, pois, decorrente de juízos de conveniências baseados em convenções de linguagens compartilhadas. Esta seria, portanto, a ética da racionalidade: a busca incessante da crítica lógica da arbitrariedade semântica exigente de uma meta-abstração reflexiva.

Isto posto, permanece a questão da extroversão social dos resultados da crítica, cujas consequências políticas adversas são discutidas por Von Trotta em seu filme, tendo atingido violentamente Hannah Arendt. Evidencia-se, assim, outro extrato da ética da racionalidade, para além da crítica lógica propriamente dita: a comunicação dos resultados do processo racional crítico desenvolvido, a comunicação ílesa, conforme denomina Habermas (1990)<sup>6</sup>.

Sob tal configuração, pode-se afirmar que *Eichmann em Jerusalém* preenche de forma paroxística os requisitos da ética da racionalidade conforme exposto, apontando e questionando a fluidez imprecisa com que termos e argumentos foram utilizados para descrever, explicar e interpretar fatos, poluindo significados e critérios e, assim, contaminando a priori conclusões, muitas das quais sustentadas tautologicamente pelas premissas de partida. Julgamos que esta constatação possa ser compreendida como determinante do apontado fracasso da corte de julgamento, que sintetizamos como um fantasma falacioso onipresente no julgamento, uma indistinção casuística entre direito e justiça, permeando todo o desenrolar do processo. Aí, talvez, coubesse ousar transcrevendo palavras de Eichmann como sintetizadoras desta percepção: “Não sou o monstro que fazem de mim. Sou vítima de uma falácia (p. 269)”. E prossegue Arendt: “. . . confirmou o que Servatius [advogado defensor de Eichmann] tinha dito: ‘Era sua profunda convicção de que tinha que sofrer pelos atos de outros’” (pp. 269-270). Será que suas palavras indicariam que o julgamento o teria mobilizado reflexivamente?

Sob tal perspectiva, sustenta-se a conclusão de que a condição necessária para o uso competente, livre e ético da racionalidade está circunscrita a repertórios dependentes de procedimentos socializadores específicos, sustentadores da crítica lógica propriamente dita. Contudo, a nosso ver, os impedimentos a esse uso situados nos “recônditos mais escuros de todos nós” (Telles, 2013) não atuariam diretamente sobre o seu exercício. Podem dizer respeito a motivações e experiências que o antecederiam e/ou sucederem, frustrando o seu desenvolvimento como competência ou como instrumento da ação. Seguramente, circunscrevem a sua extroversão, por essa decisão situar-se em quadros objetivos e subjetivos de referência do ideal do bem comum, sujeito a influências várias, advindas das especificidades biográficas do pensador. Permanecem como incógnita os fatores disparadores da meta-abstração reflexiva: afinal, qual foi o alimento das reflexões de Hannah Arendt, da trajetória de suas idéias, das associações que fez entre fatos e interpretações, de seus recortes? Por que teria escolhido iluminar multitudes com suas abstrações reflexivas, contrapondo-se, com fatos e argumentos, a um juízo binário sobre o Holocausto judeu? Talvez coubesse aqui apelar ao conceito inconcluído

6 “Eu prefiro falar da idéia da intersubjetividade ílesa. Essa idéia pode ser obtida a partir da análise de condições necessárias do entendimento em geral – ela caracteriza a manifestação de condições simétricas do reconhecimento recíproco e livre de sujeitos que agem comunicativamente entre si” (Habermas, 1990, p. 106).

de “indecidibilidade”, elaborado por Derrida em colaboração com Gödel (Nascimento, 2014), para representar as mais de 300 páginas por ela escritas como demonstração ilustrada pela formulação do conceito de “banalidade do mal”.

Conclui-se este ensaio representando-o metaforicamente com a figura do ouroboro, alimentando uma

heurística transcendente sobre o que seria a necessidade lógica, ou o conhecimento lógico-matemático, qual seria sua ética e como colocá-la em movimento sob a ótica do bem comum, recuperando o ponto de partida aristotélico, em sua *Ética a Nicômano*, na temática em discussão.

### **About Hannah Arendt: ethic and rationality in the contemporary society**

**Abstract:** This work aims to reflect on how to overcome obstacles that confront the ability to think rationally: the intellectual capacity involving the reflexive abstraction and its elaboration in the corresponding argument. It begins with the statement that if it is observed, on the one hand, an increase in the verbalized colloquial thought logical complexity, on the other hand it is noticed a lack of competence in the intellectual analytic operations of the rational processes underlying it. In other words, nurtured by the knowledge processes and products the abstract and deductive thinking generated from the scientific-technical field, the contemporary rationality would communicate with society in a neutralized way under the form of social representation which is, therefore, tinged with ideological contributions, uncritical irrationalities and/or rationalizations. Thus, this work intends to reflect on how to subsidize overcoming obstacles to the entire exercise of universal reason and/or of hermeneutic rationality, equipping counterpoints to impediments created by ignorance or by negativity or else by dogmatic thinking cores.

**Keywords:** rationality, reflexive abstraction, logical mathematics, scientific knowledge, ethics.

### **Sur Hannah Arendt: éthique et rationalité dans la société contemporaine**

**Résumé:** Cet essai vise à réfléchir sur comment surmonter des obstacles qui s’opposent à la capacité de penser de façon rationnelle: la capacité intellectuelle qui implique l’abstraction réflexive et son élaboration en une correspondante argumentation. On part de la constatation que, si l’on observe, d’une part, la croissance dans la complexité logique de la pensée colloquiale verbalisée, d’autre part on s’aperçoit l’absence de compétence dans les opérations intellectuelles d’analyse des ses processus rationnels subjacents. À savoir, la rationalité contemporaine, alimentée par les processus et produits de connaissance engendrés à travers la pensée abstraite et déductive du domaine technico-scientifique, communiquerait avec la société de manière naturalisée, sous forme de représentation sociale et, donc, contaminée par des apports idéologiques, des irrationalités et/ou rationalisations acritiques. L’essai vise alors à réfléchir sur comment subventionner les obstacles à l’universalisation du plein exercice de la raison et/ou de l’herméneutique de la rationalité, et instrumentalise des contrepoints aux empêchements produits par l’ignorance, par les négativités ou par les noyaux dogmatiques de la pensée.

**Mots-clés:** rationalité, abstraction réflexive, logique mathématique, connaissance scientifique, éthique.

### **Sobre Hannah Arendt: ética y racionalidad en la sociedad contemporánea**

**Resumen:** Este ensayo busca reflexionar sobre cómo superar obstáculos que se antepone a la capacidad de pensar de forma racional, es decir, la capacidad intelectual que implica la abstracción reflexiva y su elaboración en correspondiente argumentación. Se parte de la constatación de que caso se observe, por un lado, un crecimiento en la complejidad lógica del pensamiento coloquial verbalizado, por otro, se percibe una ausencia de la competencia en las operaciones de análisis de los procesos racionales subyacentes. La racionalidad contemporánea, alimentada por los procesos y productos de conocimiento generados a través del pensamiento abstracto y deductivo del campo técnico-científico, se comunicaría con la sociedad de forma naturalizada, bajo la forma de representación social y, por lo tanto, sesgada de aportes ideológicos, irracionalidades y/o racionalizaciones acriticas. Por lo tanto, este texto busca reflexionar sobre cómo subsidiar la superación de obstáculos a la universalización del pleno ejercicio de la razón y/o de la hermenéutica de la racionalidad, instrumentalizando contrapuntos a los estorbos generados por la ignorancia, los negativismos o por los núcleos dogmáticos del pensamiento.

**Palabras clave:** racionalidad, abstracción reflexiva, lógica matemática, conocimiento científico, ética.

## Referências

- Abbud, N. (1990). *Da dúvida à contradição* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Abbud, N. (2010). *Pensando o pensar: uma análise sobre as narrativas do cotidiano* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Arendt, H. (2014). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (J. R. Siqueira, trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalhos originais publicados em 1963-1964)
- Bachelard, G. (2010). *A filosofia do não*. São Paulo, SP: Unesp. (Trabalho original publicado em 1907)
- Barthes, R. (2002/2003). Catálogo de exposição intitulada *Roland Barthes*, sobre a obra do autor. Paris, França: Centre Georges Pompidou.
- Bergson, H. (2010). *A evolução criadora*. São Paulo, SP: Unesp. (Trabalho original publicado em 1907)
- Caorsi, C. (1994). *Lógica, filosofia y psicoanálisis*. Montevideo, Uruguai: Roca Viva.
- Da Costa, N. (1991). *Fenomenologia e logica della metamorfosi*. Napoli, Itália: Guida.
- Eco, U. (1993). *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Eco, U. (1987, 31 de outubro). O irracionalismo ontem e hoje. *Folha de S. Paulo*, Ilustrada.
- Freud, S. (1996). Psicologia de grupo e análise do ego (E. A. M. de Souza, Trad.). In J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 28, pp. 79-159). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1921)
- Habermas, J. (1993). *Passado como futuro* (F. Siebeneichler, trad.) Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro. (Trabalho original publicado em 1990)
- Habermas, J. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo* (G. Almeida, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro. (Trabalho original publicado em 1983)
- Hegenberg, L. (1987). *A racionalidade contemporânea*. In *Conferência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. São Paulo, SP: Comissão de Difusão Científica.
- Majorana, E. (1989). Lezioni all'Università di Napoli. In E. Recami, *Ettore Majorana: lo scienziato e l'uomo* (pp. 131-174). Napoli, Itália: Bibliopolis.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public: étude sur la représentation sociale de la psychanalyse*. Paris, França: PUF.
- Nascimento, E. (2014, 23 de novembro). Depois de Derrida: retrato de uma obra viva. *Folha de S. Paulo*, Ilustríssima, p. 12.
- Piaget, J. (1968). *Le Structuralisme*. (Coleção Que-sais-je?). Paris, França: PUF.
- Piaget, J. (Ed.). (1967). *Logique et connaissance scientifique*. Paris, França: Gallimard.
- Piaget, J., & Grego, P. (1974). *Aprendizagem e conhecimento*. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos.
- Ramozzi-Chiarottino, Z. (1972). *Piaget: modelo e estrutura*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.
- Recami, E. (1989). *Ettore Majorana: lo scienziato e l'uomo*. Napoli, Itália: Bibliopolis.
- Santos, M. (2002). *A natureza do espaço*. São Paulo, SP: Edusp.
- Tarski, A. (1991). Verdade e demonstração. *Cadernos de história da filosofia da ciência*, I(série 3), 1-123.
- Tassara, E. T. (2003). *Conhecimento e poder: a criação científica à lua de relações lógica-linguagem-pensamento*. (Tese de Livre Docência). Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Tassara, E. T., & Ardans, O. (2013). Participação emancipatória: reflexões sobre a mudança social na complexidade contemporânea. In M. Sorrentino (Org.), *Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências* (pp. 281-294). Curitiba, PR: Appris.
- Telles, S. (2013, 24 de agosto). Hannah Arendt e a maior das aventuras, a intelectual. *O Estado de São Paulo*, caderno 2.
- Ullmo, J. (1967). Les concepts physiques. In J. Piaget. (Ed.), *Logique et connaissance scientifique* (pp. 623-705, E. Tassara, trad.). Paris, França: Gallimard.
- Von Trotta, M. (Diretora), & Brokemper, B. (Produtora). (2012). *Hannah Arendt* [Vídeo]. França/Alemanha: Heimatfilm.
- Windelband, W. (1970). *Historia general de la Filosofía* (F. Larroyo, trad.). Barcelona: El Ateneo.

Recebido: 17/02/2014

Revisado: 22/04/2015

Aceito: 01/05/2015